

# Entraves e factores de sucesso para estimular a difusão dos contratos de desempenho Energético em Portugal- Projecto Transparensense

Paula Fonseca, Carlos Patrão, Aníbal Traça de Almeida  
ISR-Universidade de Coimbra

Lisboa, 20 de junho de 2014





- Reúne 20 parceiros de países com um mercado bem desenvolvido (UK, DE, SW, AT), desenvolvimento moderado (SI, IT, PT, ES, DK, NO) ou ainda num estágio embrionário (BE, BU, LT, NL, PO, SL, GR, HU, LV)

**Visa** promover e estimular o mercado dos CDEs na Europa.

**Expectativa:** elevado potencial no desenvolvimento e estabelecimento do mercado Europeu de CDEs alcançando **poupanças energéticas muito significativas.**

# Objetivos do projeto



Aumentar a **transparência e credibilidade** dos mercados dos CDEs por toda a Europa através do **desenvolvimento de um CoC Europeu**, assegurando a qualidade do fornecimento dos SEE.

Contribuir para **melhorar o conhecimento e o entendimento**, deste tipo de contratos, ainda pouco divulgados/disseminados.

Apoiar a **transferência de know-how e trocas de experiência** entre os participantes.

**Desenvolver programas de formação** para as ESEs por forma a garantir a aprovação e aplicação do CoC nos novos contratos (CDE).

Proporcionar uma **visão abrangente do mercado de CDEs em toda a Europa** através do desenvolvimento de **uma completa base de dados on-line** com as ESCOs, associações ESCOs, modelos de EPCs, modelos de financiamento e políticas relacionadas.

Melhorar a **institucionalização dos mercados de CDEs**, promovendo a criação de associações ESEs e networking.



# O Transparensense no contexto nacional atual



Necessidade de aumentar a competitividade

- Aumento dos preços da energia (IVA , aumento do preço da electricidade e imposto especial sobre o consumo)

Elevado potencial de redução nos edifícios do sector público

- Conta de energia da AP > 500M€/ano (PNAEE)
- *“em cada semana que passa, o estado perde um milhão de euros por não estar a poupar...”*

DL 29/2011

(regime jurídico aplicável à formação e execução de CDEs)

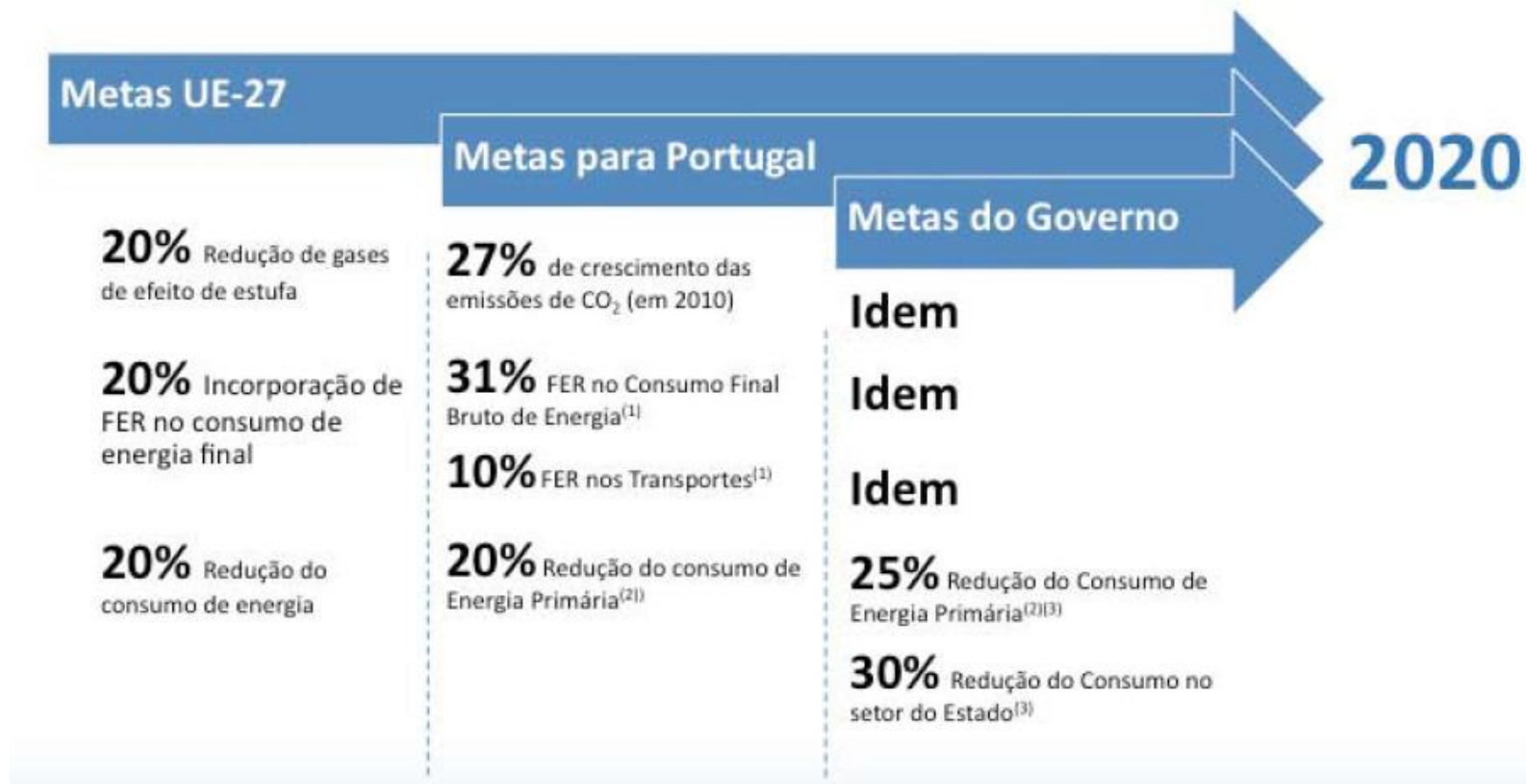
- Consagra o lugar que o sector público deve desempenhar na promoção e desenvolvimento dos CDEs

Obrigações estabelecidas pela legislação (EED, EPBD, RES)

- RCM nº 20/2013 estabelece para Portugal, para o horizonte de 2020, um objetivo geral de **redução no consumo de energia primária de 25%** e um objetivo específico para a **Administração Pública de redução de 30%**



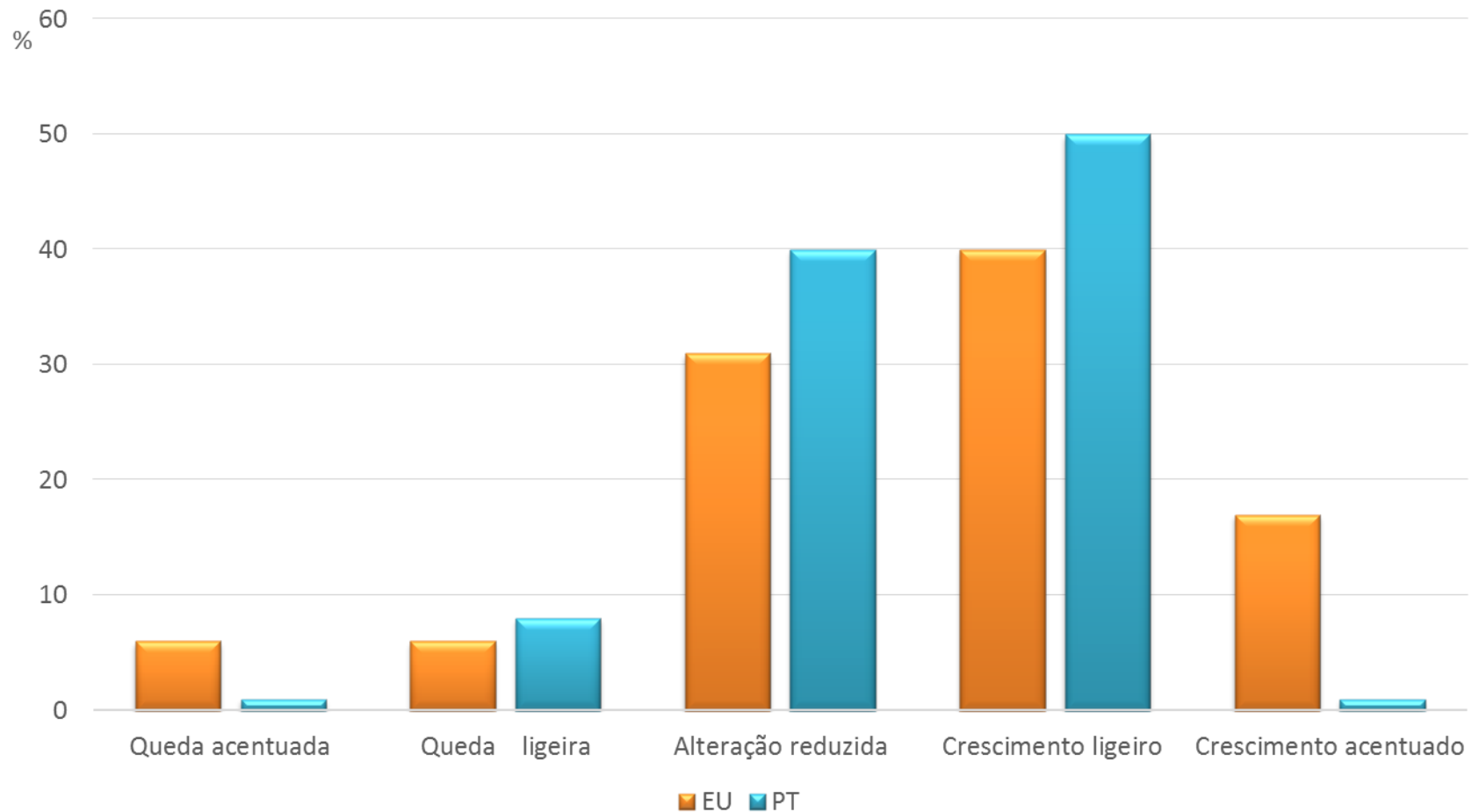
# Compromissos Nacionais 2020



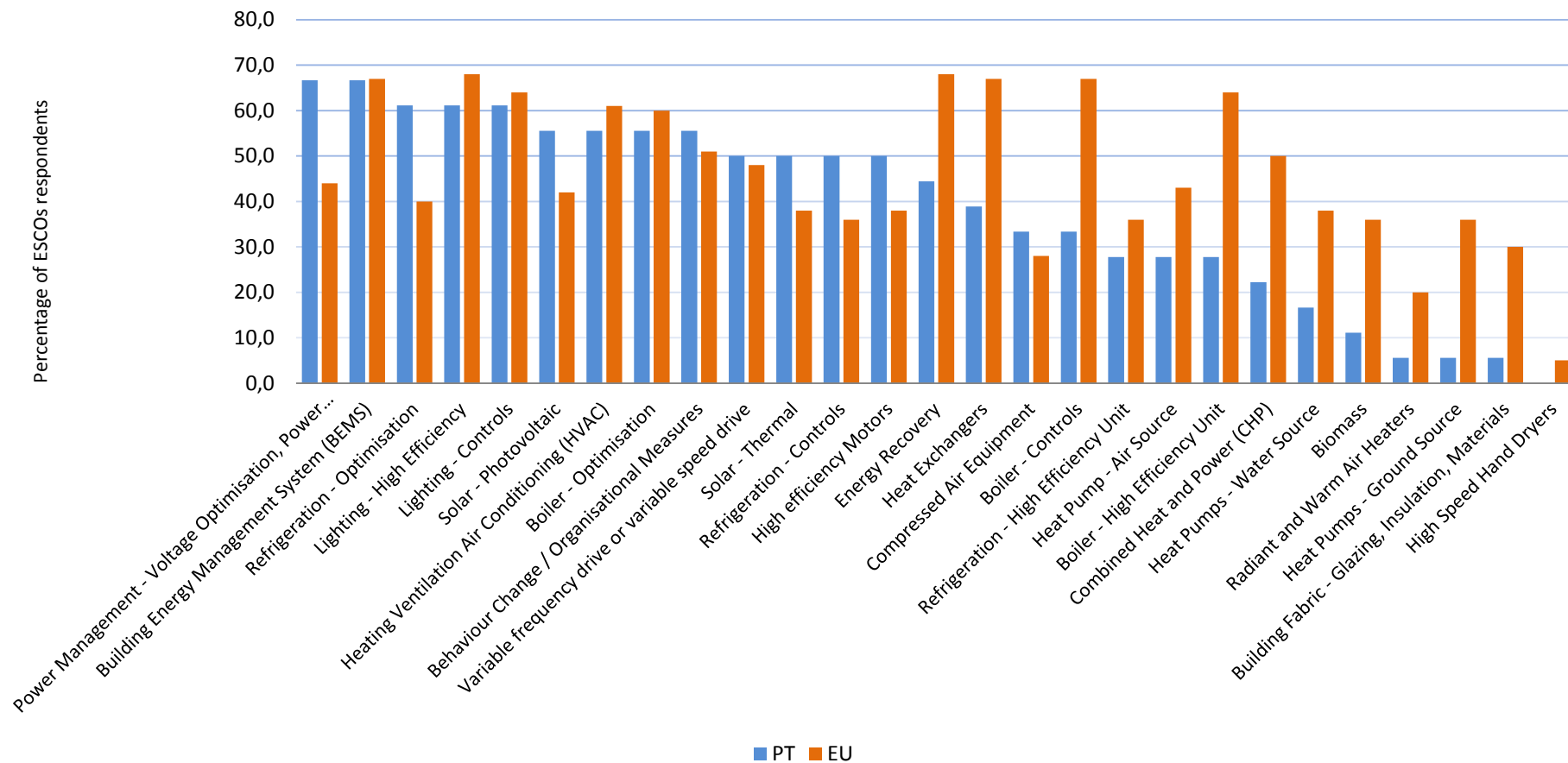
Fonte: Dinis Rodrigues (DGEG), 2ª Conferência ESE: Mais Serviços. Mais Mercado. Mais Economia. 28 Abril 2014



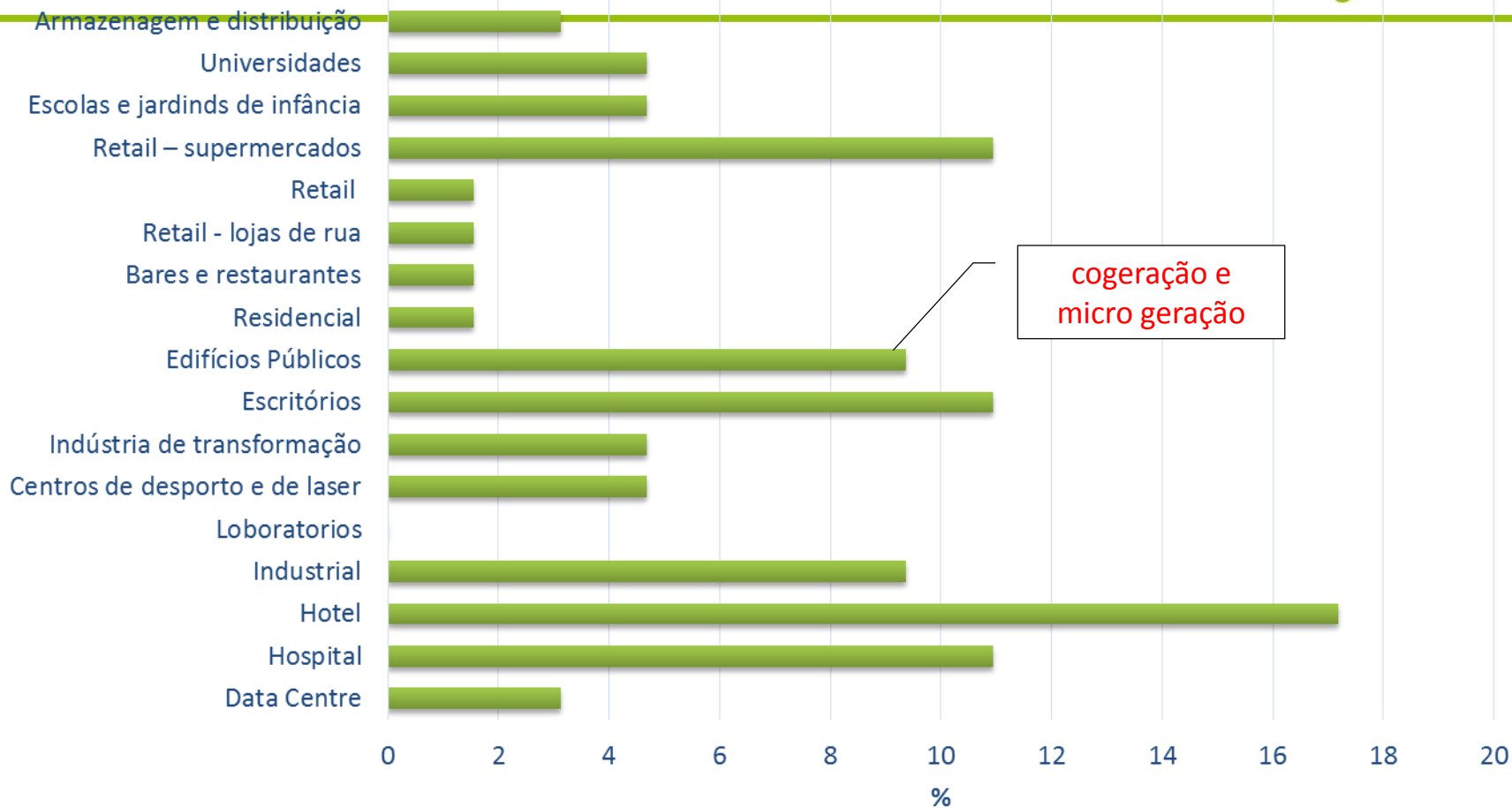
# Evolução do mercado de CDEs nos últimos 3 anos (2010-2013)



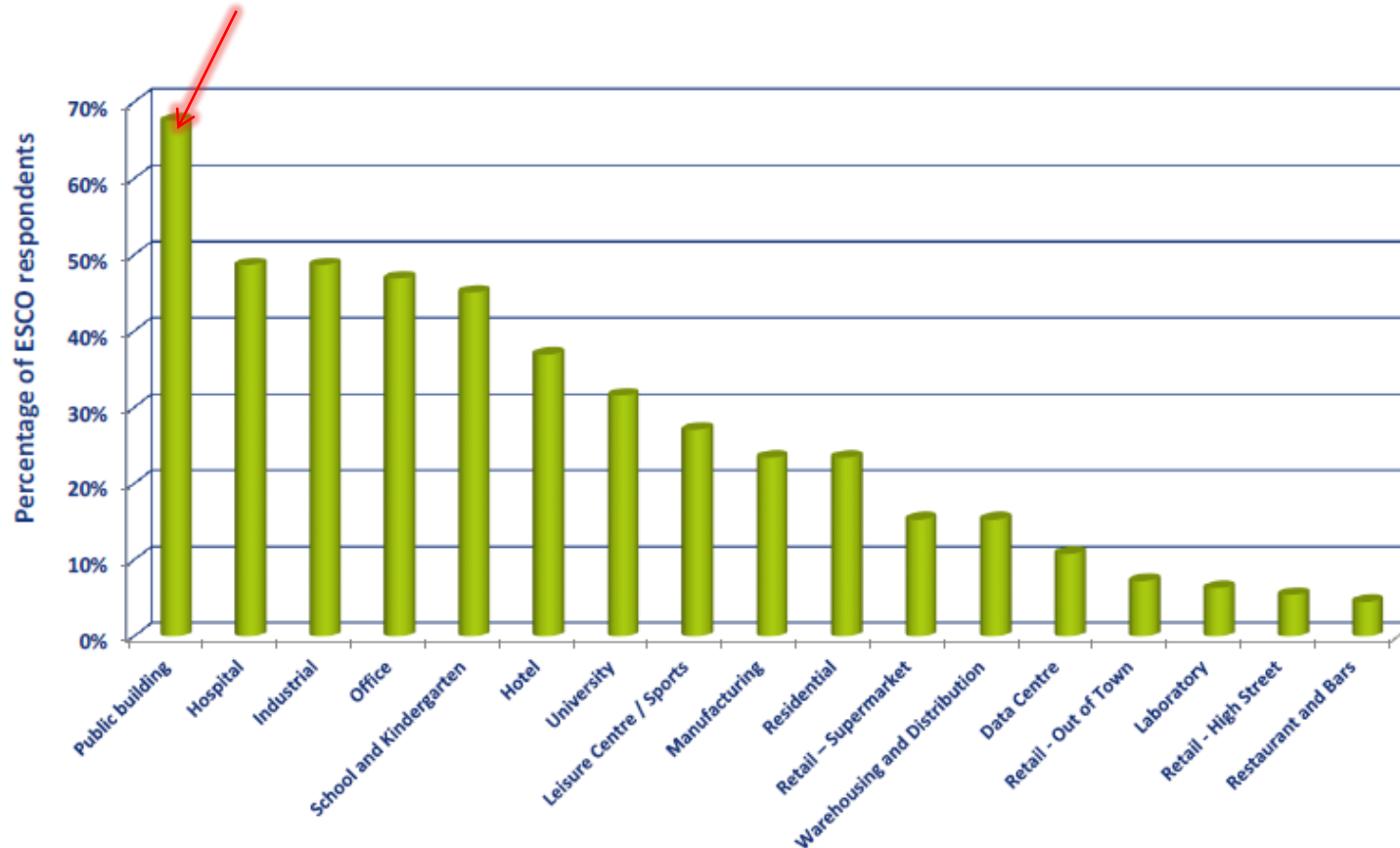
# CDEs por tipo de tecnologías (PT)



# Projectos CDEs implementados em PT por tipo de Edifícios



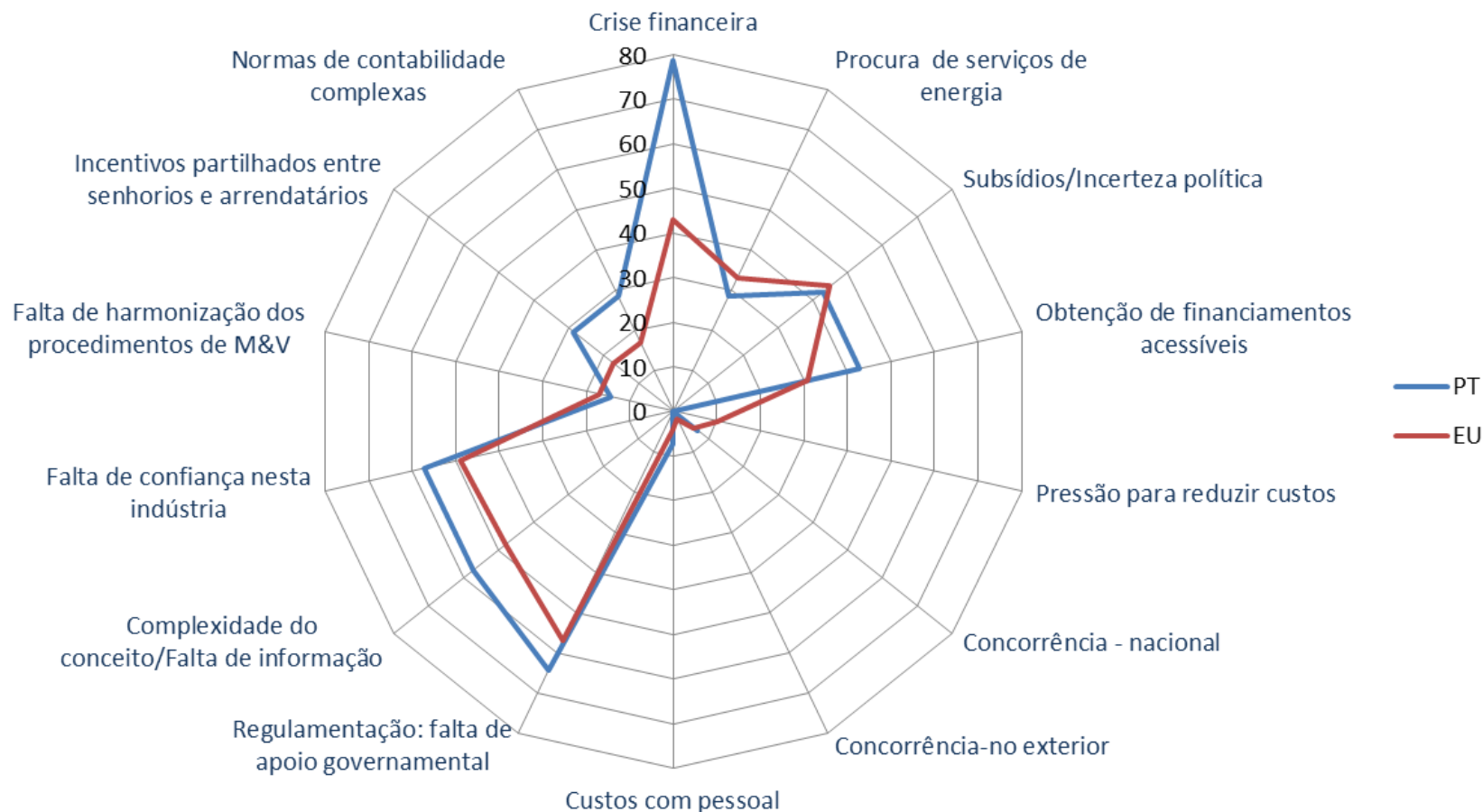
# Edificios seleccionados para CDEs (EU)



# Barreiras

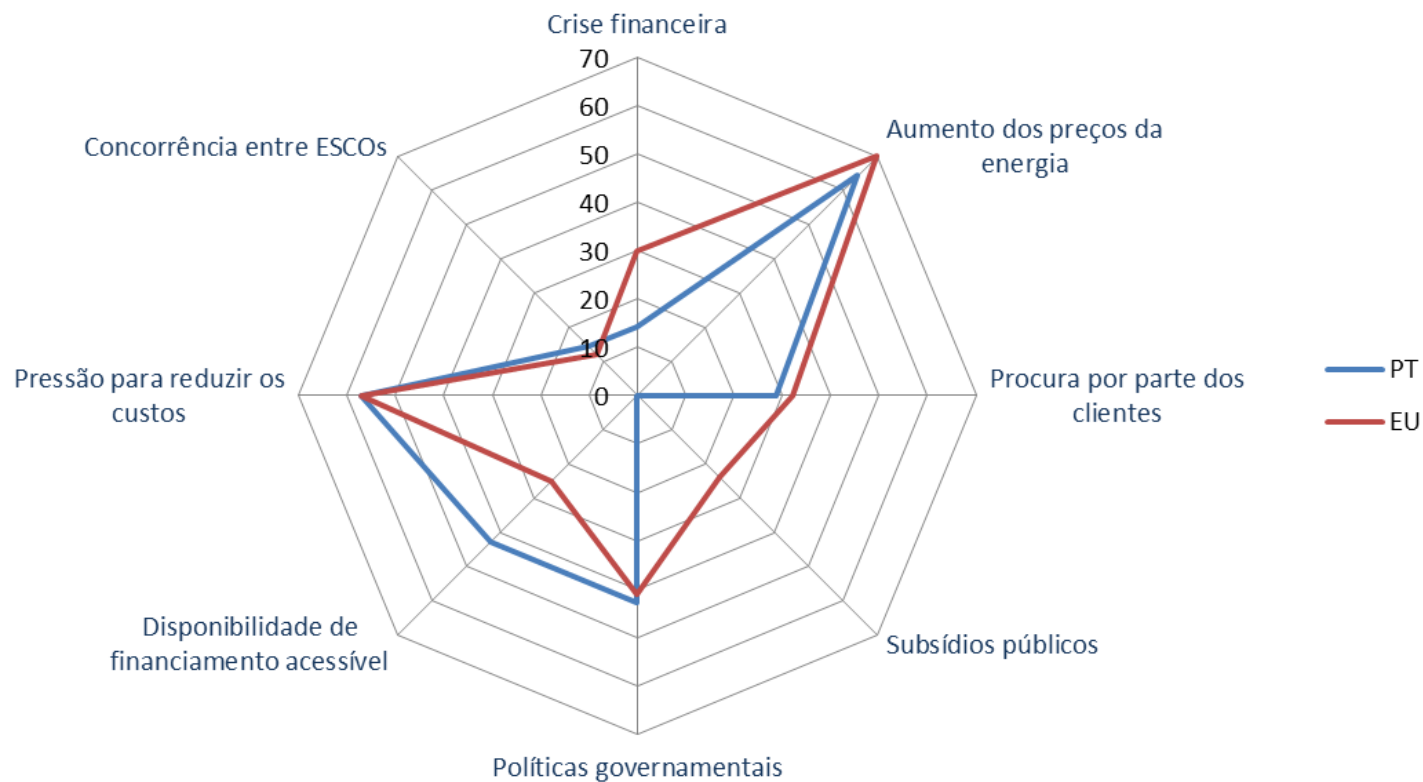


## Principais barreiras para o negócio dos CDEs (Transparensence Survey, October 2013)



# Factores promotores dos CDEs

Principais factores promotores dos CDE  
(Transparensense Survey, October 2013)



# B1: Complexidade do conceito e falta de informação e de confiança na indústria



## A1:

- Ações de informação e sensibilização
  - Campanhas de *awareness raising*
  - Seminários de disseminação
- Educação e formação
  - Divulgação de casos de sucesso
  - Criar um conjunto de shining examples, nacionais e internacionais
  - Criar um manual prático de procedimentos e de boas práticas
  - **Código de Conduta para estabelecer CDEs (valores básicos e princípios fundamentais para estabelecer CDEs com êxito)**
- Normalizar os procedimentos de M&V



## B2: Crise financeira e financiamento; falta de mecanismos facilitadores

### A2: Criar mecanismos de financiamento interessantes

- Incentivos fiscais ao investimento (deduções fiscais, IVA reduzido)
- Disponibilizar fundos comunitários para a EE
- Criar (alimentar) Fundos para a EE
  - fundos de bancos, fundos EU do novo QOP, fundos privados, receitas provenientes de taxas, etc.
- Subsídios de fundações, de particulares, etc.
- Incentivos das utilities
- Mecanismos de financiamento atractivos por parte da banca
- Canalizar o JESSICA e o ELENA para a EE



## B3: Regulamentação: falta de apoio governamental e requisitos da contratação pública

### A3: Agilizar os procedimentos de *procurement* dos concursos públicos

- Mecanismos de apoio para os concursos que apoiem as ESEs e os clientes
- Limar alguns requisitos no ECO.AP para motivar os clientes e os bancos a apostar no sector público
  - Permitir financiamento dos projectos por outras entidades que não a ESE
  - Necessidade de interpretação clara sobre a contabilidade/orçamentação dos EPCs
  - Mecanismos que assegurem os recebimentos das poupanças pelas ESEs e pelos bancos

# Esforços necessários para fomentar projetos e alcançar os objetivos de redução

Cativar/mobilizar  
clientes para estes  
serviços

Mecanismos de  
Financiamento  
adequados e  
interessantes

Agilizar os  
concursos, os  
procedimentos e os  
contratos



# Para mais informações:



ISR - University of Coimbra

[www.isr.uc.pt](http://www.isr.uc.pt)



[www.transparense.eu](http://www.transparense.eu)

**Paula Fonseca, [pfonseca@isr.uc.pt](mailto:pfonseca@isr.uc.pt)**

**Carlos Patrão, [carlospatrao@isr.uc.pt](mailto:carlospatrao@isr.uc.pt)**



Co-funded by the Intelligent Energy Europe  
Programme of the European Union



- Typical Project Saves Energy by 20%- 40%
- Typical Payback 8%-12% (Almost)
- Payback 8-12 years